

# Obras que violam PDU

AD 23 206

O prefeito Luiz Paulo disse que as construtoras que não quiserem ter pro

## ficam embargadas

blemas terão que obedecer às normas impostas pelo PDU

A Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) está travando batalhas judiciais com diversas construtoras da cidade que continuam insistindo em realizar projetos e obras que não estão de acordo com o Plano Diretor Urbano (PDU). Nesta semana a 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça deu provimento integral e unânime à apelação feita pela Prefeitura para que não fosse permitida a continuidade da obra do apart-hotel Michelini Plaza, na Praia do Canto, feita pela RS Construtora, sem o atendimento das exigências do PDU. O prefeito de Vitória, Luiz Paulo Vellozo Lucas, informou ontem que as negociações com a construtora avançaram e eles já apresentaram o Relatório de Impacto Urbano (RIU), que antes se recusavam. "Agora caberá ao Conselho do PDU decidir se o projeto atende", falou.

No caso desta obra, a Justiça determinou que o RIU vale como instrumento para o município decidir sobre as edificações na cidade. O projeto original, elaborado pela empresa, prevê um prédio de 96 metros de altura, com 31 pavimentos, 200 apartamentos, 13 lojas e 233 vagas de garagem. Após a reclamação de moradores, a Prefeitura decidiu embargar a obra, principalmente porque não havia sido feito o relatório. De acordo com a PMV, o edifício traria problemas de acesso, fluxo do trânsito e garagens. Um diretor da empresa informou que quem fala sobre esse assunto está viajando e que só na segunda-feira

outras informações poderiam ser dadas.

Outra obra que está embargada judicialmente pela PMV é a do apart-hotel Hollyday In, localizado na Avenida Saturnino de Brito, da construtora Quintela Torres. A história deste edifício é composta de mistérios e confusões. A Prefeitura conseguiu embargar a obra na Justiça, a empresa recorreu com liminar e depois o município derrubou a liminar. Neste período o projeto enviado pela empresa à PMV para aprovação desapareceu e eles apresentaram um segundo projeto com todas as modificações que a Prefeitura rejeita. A área total foi aumentada de 8.839,77 metros quadrados para 10.254,20 metros quadrados, o número de pavimentos subiu de 12 para 15 e foram reduzidas as vagas de garagem. Há ainda problemas de afastamentos lateral e de fundos no terceiro e quarto pavimentos.

O diretor-presidente da Quintela Torres, Lamir Quintela, disse que a empresa ainda não recorreu à Justiça. "Estamos estudando se vamos recorrer judicialmente ou se faremos um acordo com a Prefeitura", disse. O prefeito explicou que o problema dessas obras embargadas não está na verticalização, mas na forma como o projeto é feito. "Eles têm que respeitar questões ligadas ao impacto que a obra terá no trânsito e no patrimônio da cidade. Não podemos, por exemplo, permitir que uma obra na Enseada do Suá tire a vista que se tem do Convento a partir da Reta da Penha", declarou.

OBRAS que violam PDU ficam embargadas.  
A Gazeta, Vitória, 22 de maio de 1999, p. 181  
c. 112.